



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SELEÇÃO DE CONCILIADORES REMUNERADOS

Edital n.º 01/2016

LISTA DE APROVADOS

1. O DR. JULIO FARAH NETO, JUIZ DE DIREITO SUPERVISOR DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE PRIMEIRO DE MAIO, no uso de suas atribuições legais torna pública a **lista de aprovados** no processo seletivo de conciliadores em ordem decrescente e alfabética de classificação.

LISTA DE APROVADOS:

CONCILIADORES:

Nome	OBJETIVA	REDAÇÃO	TOTAL
1. Ana Regina Baggio Tramontina	5,0	4,3	9,3
2. Aline Balconi Galdino de Farias	5,0	4,15	9,15
3. Geisy dos Santos de França	5,0	3,6	8,6
4. Gabrieli Pinheiro Marques da Silva	4,0	4,0	8,0
5. Thaisa Furtado Marssal	5,0	2,9	7,9
6. Barbara Hartman Bonocielli	4,0	3,3	7,3*
7. Marcio Lopes da Silva Junior	4,0	3,3	7,3*
8. Marcela Ogawa Feitosa	4,0	3,3	7,3*
9. Fernanda Silva Gazzola	4,0	2,0	6,0
10. Ana Paula Mendonça Abelha	2,5	2,9	5,4
11. Janaina Fernandes da Silva	3,0	2,0	5,0
12. André Luiz de Aguiar	3,0	1,8	4,8
13. Gleicyellen Baptista de Paula	4,5	0,2	4,7



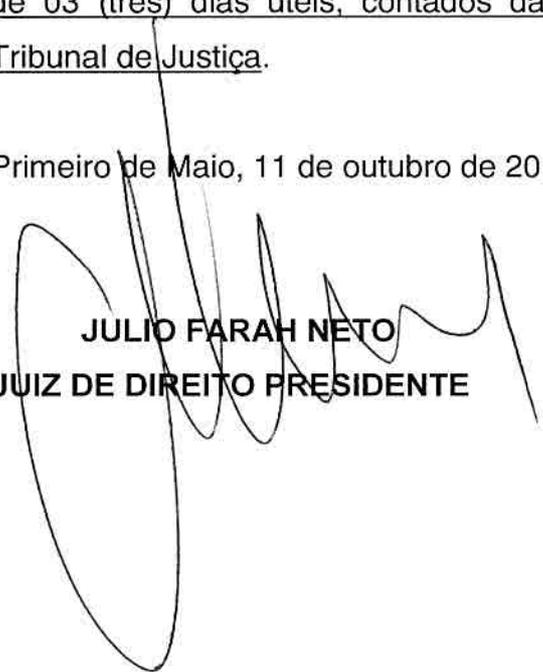
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

14. Luciana Rodrigues dos Santos	2,0	1,15	3,15
Luiza Vareschi - ausente/desclassificada.	--	--	--

*Desempate pelo critério de idade, conforme item 6.8.1 do Edital de Abertura.

2. Torno Público o gabarito da prova objetiva, que está anexo e faz parte integrante deste Edital
3. Concedo o prazo de **03** (três) dias para que os candidatos possam ver a prova de redação corrigida, em secretaria, não sendo permitida a retirada da prova.
4. Ficam os candidatos convocados para a **PROVA DE TÍTULOS**, devendo efetuar a apresentação dos títulos na Secretaria do Juizado Especial das 12h às 18h, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação deste edital no *site* do Tribunal de Justiça.

Primeiro de Maio, 11 de outubro de 2016.


JULIO FARAH NETO
JUIZ DE DIREITO PRESIDENTE



01 - Acerca dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Além das causas cujo valor não exceda quarenta salários mínimos, os Juizados Especiais Cíveis têm competência para processar e julgar a ação de despejo para uso próprio.
- b) Nos Juizados Especiais Cíveis, a regra geral de competência territorial é a do domicílio do réu.
- c) A equidade, os fins sociais da lei e as exigências do bem comum não serão critérios decisórios adotados pelo Juiz.
- d) Os conciliadores, a despeito de realizarem a direção do processo nos Juizados, poderão exercer a advocacia perante os Juizados Especiais em que trabalham, enquanto no desempenho de suas funções.

02 - De acordo com a Lei 9.099/95, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Nos Juizados Especiais, caso haja alegação de incompetência territorial e esta seja julgada procedente, extingue-se o processo sem resolução de mérito.
- b) O não comparecimento do autor na audiência de conciliação é causa de extinção do processo com resolução de mérito.
- c) Os efeitos da revelia se operam automaticamente pelo não comparecimento do autor a qualquer audiência no juizado.
- d) Os Juizados Especiais só têm competência para homologar acordos realizados em suas dependências através de conciliador, motivo pela qual não podem ser homologados os acordos realizados somente entre as partes.

03 - João, que figura como executado em ação de execução de título extrajudicial, após ter seu veículo penhorado, foi citado e compareceu à audiência de conciliação. Tendo como fundamento a Lei 9.099/95, é correto afirmar que:

- a) Em processo de execução de título extrajudicial, o conciliador não poderá mediar a conciliação em razão da penhora realizada, ficando a cargo do Juiz a resolução da lide.
- b) João poderá oferecer contestação, por escrito ou verbalmente.
- ▶ c) Na audiência, será buscado o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível com dispensa da alienação judicial, devendo o conciliador propor, entre outras medidas cabíveis, o pagamento do débito a prazo ou a prestação, a dação em pagamento ou a imediata adjudicação do bem penhorado.



d) Na audiência, o conciliador buscará a solução do litígio, podendo propor, tão somente, a adjudicação do bem penhorado.

04 - Pedro, bacharel em direito, interpôs reclamação junto ao Juizado Especial Cível, no valor de vinte salários mínimos. Entretanto, por ser bacharel e se considerar um excelente aluno, recusou a assistência por advogado. Tendo como fundamento a Lei 9.099/95, é correto afirmar que:

a) em nenhuma hipótese poderia postular junto ao Juizado Especial Cível sem ser assistido por advogado.

b) em qualquer hipótese, para postular junto ao Juizado Especial Cível, deveria ser assistido por advogado.

c) como se qualifica como bacharel em direito, poderia recorrer caso seu pedido seja julgado improcedente.

► d) poderia postular junto ao Juizado Especial Cível sem ser representado por advogado, exceto para recorrer.

05. Assinale a alternativa correta:

a) Nos Juizados Especiais o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

b) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliar, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.

c) Compete ao Juizado Especial promover a execução das causas de natureza alimentar, falimentar desde que não excedam a sessenta vezes o salário mínimo.

► d) A opção pelo procedimento dos Juizados Especiais importará em renúncia ao crédito excedente ao limite legal estabelecido, excetuada a hipótese de conciliação.

06. Assinale a alternativa correta:

► a) Segundo a Lei 9.099/95, é competente o Juizado do foro do domicílio do autor nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

b) De acordo com a Lei 9.099/95, o incapaz poderá ser parte desde que representado por responsável legal.

c) De acordo com a Lei 9.099/95, nas causas de valor até sessenta salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.



d) Segundo a Lei 9.099/95, o réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, não poderá ser representado por preposto credenciado.

07. De acordo com a Lei 9.099/95, assinale a alternativa correta:

a) O réu, sendo pessoa física, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de procuração com poderes para transigir.

b) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, desde que possua vínculo empregatício.

► c) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.

d) O autor, sendo cessionário de direito de pessoas jurídicas, poderá propor ação nos juizados especiais.

08. Considerando a Lei 12.153/09, assinale a alternativa incorreta:

a) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

b) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

► c) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, como réus, as Empresas Privadas, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.

d) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.

09. De acordo com a Lei 12.153/09, assinale a alternativa correta:

a) Cabe ao conciliador, sob a supervisão do promotor de justiça, conduzir a audiência de conciliação.

► b) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



c) Poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia, presidindo a instrução do processo, podendo dispensar novos depoimentos.

d) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, preferentemente, entre os que possuem segundo grau completo.

10. De acordo com a Resolução n. 04/2013 – CSJEs, são requisitos para o exercício da função de conciliador, exceto:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado e maior de dezoito anos.

b) não exercer atividade político-partidária, nem ser filiado a partido político, ou representante de órgão de classe ou entidade associativa.

c) não ser cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, do juiz titular e do secretário ou do chefe de secretaria do Juizado Especial no qual exerça suas funções.

▶ d) possuir mais de 2 (dois) anos de experiência jurídica.